



editorial

Partes do processo

"Operações de Manutenção da Paz" na política internacional do pós-Guerra Fria

As Organizações Internacionais, nas últimas décadas, deixaram de ser apenas um objeto de estudo tradicional das Relações Internacionais (e do Direito Internacional). Seu impacto no cotidiano de milhões de pessoas ao redor do globo as conduziu às páginas dos jornais, a reuniões de tomadores de decisão em todos os níveis de governo e a diversos cenários mundo afora, nos quais boa parte da esperança a ser festejada ou mobilizada repousava em sua atuação específica – muitas vezes, mesmo insubstituível.

Ignorar as Organizações Internacionais é uma tarefa hercúlea e ingrata. Críticas e louvor não faltam, em doses desiguais. Correntes teóricas, políticos, formadores de opinião, alguém que fosse interpelado no seu caminhar diário por um dos muitos institutos de "opinião pública" – todos têm sua "versão" a respeito do triunfo, tragédia ou indefinição que associam à atuação e resultados das Organizações Internacionais. Diria um observador mais atento: todos os juízos emitidos parecem reclamar para si o direito de opinar, avaliar, monitorar e cobrar resultados de algo que afeta suas vidas de algum modo. Essa polifônica demanda por "accountability" reflete, de algum modo, o impacto que as Organizações Internacionais têm manifestado em nossa vida, "habitantes" do planeta Terra no século XXI.

"O tom dramático dos comentaristas políticos, em cores e ao vivo, contemplando a reforma do Conselho de Segurança das ONU, não encontra paralelo no montante de decisões dramáticas com que a ONU se debateu, ao longo dos últimos 10 anos, sem que tivéssemos qualquer notícia..."

A Organização das Nações Unidas (ONU) se destaca dentre os seus pares por sua universalidade e escopo de atuação, abrangendo desde questões relativas à Segurança Internacional a questões relacionadas com o chamado Desenvolvimento Humano. Ademais, sua "visibilidade" midiática faz com que sua "atuação" seja utilizada informalmente por Estados, indivíduos, ONG's, grupos de interesse, dentre outros, para emitirem juízo sobre a relevância das Organizações Internacionais, em geral. A ONU está submetida ao "olho da câmera", muito mais que suas contrapartes, escondidas por detrás dos escaninhos de seus escritórios mundo afora. Seus fracassos são bradados em praça pública. Seus sucessos, mais raros, ocupam os esquemas de análise da academia, governos e outros agentes das Relações Internacionais. Travamos contato através da mídia (não somente a especializada), nos últimos meses, com uma série de iniciativas ditas de "reforma" da ONU – dentre elas, as menções mais frequentes são feitas à expansão de um dos órgãos mais importantes da ONU, o chamado "Conselho de Segurança", proeminente na formulação de políticas e, aos olhos do Direito Internacional, capaz

de gerar decisões vinculantes para os Estados soberanos que compõem essa organização.

Não obstante, pouca atenção é dispensada, pelos veículos da mídia de todos os matizes, a vários conjuntos de práticas que compõem o dia-a-dia da ONU enquanto organização internacional. Práticas fundamentais, para os propósitos da própria organização – e que se tornam, *a posteriori*, objeto da discussão política que preenche os “espaços” concedidos à organização no noticiário internacional.

Muito sabemos sobre os impasses que a ONU vivencia em seu Conselho de Segurança, dependendo da composição da agenda deste órgão. Em 2003, quando da intervenção dos EUA no Iraque, uma das visões mais aventadas na mídia e academia dizia respeito à proverbial “morte” da ONU ¹. Em 2004 e 2005, fomos informados da movimentação de diversos Estados interessados em fazer parte de um hipotético “Conselho de Segurança expandido”, Brasil figurando com destaque no noticiário, em parceria com Japão, Alemanha e Índia. Em contrapartida, o que nos vem à mente quando perguntados sobre a atuação da ONU no Camboja? No Timor Leste? Em Ruanda? Na Bósnia-Herzegovina? No Tajiquistão?

É relevante, para compreensão mais adequada sobre o funcionamento de uma organização internacional como a ONU, que sejam providos alguns *insights* sobre os desafios, ainda que não consistam em oportunidade para pirotécnicas da mídia, que a organização enfrenta cotidianamente. As Operações de Manutenção da Paz (OMP’s) desvelam não apenas o dia-a-dia de uma organização criada para promoção da paz e segurança internacionais² - elas são um microcosmos do debate político intra e extra-ONU, incorporando toda uma agenda de questionamentos sobre a política internacional do pós-Guerra Fria.

Por detrás do véu de Hammarskjöld

As OMP’s são um instrumento através do qual a comunidade internacional pode encorajar o estabelecimento de uma paz sustentável em locais e situações de conflito efetivo ou prestes a irromper. Mais comumente, este instrumento foi utilizado para contribuir na solidificação de processos de paz frágeis que emergem nas situações pós-conflito.³ O termo “operações de manutenção da paz” não é encontrado na

Carta da ONU. O ex-Secretário Geral da organização, Dag Hammarskjöld, se referia a estas como pertencendo ao “Capítulo 6 e meio” da Carta, situada entre os métodos tradicionais de solução pacífica das controvérsias, como a mediação (Capítulo 6) e ações impositivas como embargos e intervenção militar (abrigadas no Capítulo 7). A idéia do uso não-violento da força militar para preservar a paz difere fundamentalmente das ações impositivas descritas na Carta – uma inovação, pois.⁴ As OMP’s eram diferentes de todas as formas de atuação conhecidas da ONU até então: missões de observação, diplomacia preventiva e a mecanismos de segurança coletiva.

As OMP’s inicialmente se desenvolveram como meio de resolução de conflitos interestatais, via desembarque de forças desarmadas ou levemente armadas de diversos países, sob comando da ONU, postando-se nas referidas fronteiras como “elemento de dissuasão” ou “separação” das partes.⁵ Muitos autores afirmam que tais características ensejariam a idéia de uma “primeira geração” de OPM, relativa à Guerra Fria. A presença das OMP “no terreno” do conflito pressuporia uma interrupção no conflito e o consenso das partes a respeito da presença da ONU “no terreno” – portanto, um acordo de cessar-fogo é estabelecido previamente entre as partes, que também pactuam com a ONU os termos da presença de uma OMP.⁶

Integrantes de uma OMP não lutam – garantem o cessar-fogo, de forma imparcial e, assim, motivam o engajamento das partes na busca pela paz duradoura.⁷

Nesse primeiro momento, as OMP’s se caracterizavam da seguinte forma:⁸

- Operações de caráter não-coercitivo;
- Caráter reativo (respondem a problemas, não os prevêm);
- Capacidade militar limitada;
- Neutralidade (da missão e da composição da missão);
- Permissão dos países “receptores”;
- Estruturas transnacionais de comando e controle (sob a égide da ONU).

⁴ Idem, p.4.

⁵ DIEHL, Paul. *International Peacekeeping*. Londres: John Hopkins University Press, 1994, p. 5-9.

⁶ Idem, p.7.

⁷ RIGGS, Robert E. & PLANO, Jack C. (eds). *The United Nations – International Organization and Politics*. Orlando: Harcourt Brace & Company, 1994, p.112-121.

⁸ THAKUR, Ramesh & SCHNABEL, Albrecht. “Cascading Generations of Peacekeeping: Across the Mogadishu Line to Kosovo and Timor” in THAKUR, Ramesh & SCHNABEL, Albrecht. *United Nations Peacekeeping Operations*. Tóquio, United Nations University Press, 2001, p.9.

¹ GLENNON, Michael. “Why The Security Council Failed” in *FOREIGN AFFAIRS*, Maio/Junho 2003.

² Vide “Carta da Organização das Nações Unidas”.

³ *The Blue Helmets – A review of United Nations Peace-keeping*. Nova York: United Nations Department, 1996, p.3.

Desde a pioneira iniciativa, sob o comando de Hammarhjold, durante o impasse no Conselho de Segurança ocorrido na crise de Suez em 1956, as OMP's evoluíram para atender as demandas específicas de conflitos muito diferentes entre si, num contexto político global em transformação. Surgidas "à sombra do cogumelo nuclear" da Guerra Fria e constrangidas pelas peculiaridades desta, as OMP's tornaram-se instrumento indispensável para o controle dos conflitos num mundo dividido. Tal fato persistiu e mesmo foi reforçado, com o fim do conflito bipolar.

Nos últimos anos da Guerra Fria, as OMP's da ONU experimentaram uma série de sucessos que prometiam um futuro dos mais auspiciosos para esse mecanismo de promoção da paz e segurança internacionais – ajudados, claro, pela cada vez mais improvável constituição de um "exército permanente" da ONU, a depender de seus Estados-membros.

Um olhar retrospectivo sobre a década de 1990 coloca a ONU no centro de uma encruzilhada: crescente demanda por intervenção coletiva e declinante confiança em sua eficiência, bem como restrição orçamentária. Dúvidas surgiram a respeito da capacidade de a ONU responder aos desafios do pós-Guerra Fria, marcado pela proliferação, em número e em gênero, dos conflitos que são antepostos à ONU – guerras civis e outros tipos de conflitos armados intraestatais. As OMP's, inicialmente desenhadas para o trato de conflitos interestatais, foram adaptadas para operar neste novo contexto de conflitos que envolvem múltiplas facções armadas, com objetivos políticos conflitantes e muitas vezes obedecendo a cadeias de comando frágeis. As OMP's aumentaram em número, quantidade de efetivos, número e diversidade de tarefas a executar. Elas passaram a constituir complexas operações compostas por efetivos civis e militares, responsáveis por múltiplas tarefas. Os mandatos foram alterados em escopo, incluindo dentre as tarefas das OMP's⁹ o treinamento e a reestruturação de forças policiais locais, a retirada de minas terrestres, condução de eleições, desmobilização e reintegração social de ex-combatentes, facilitação do retorno de refugiados, monitoramento de Direitos Humanos, supervisão de estruturas de governo, construção de instituições democráticas sustentáveis e do desenvolvimento econômico.

Não obstante cada OMP possuir um conjunto específico de tarefas determinadas por seus mandatos, todas compartilham certos objetivos comuns – aliviar o sofrimento humano e criar condições para o emergir de

paz auto-sustentável, bem como alguns pré-requisitos essenciais:¹⁰

- Um desejo genuíno das partes em conflito em resolver suas diferenças pacificamente;
- Um mandato claro;
- Suporte político vigoroso por parte da comunidade internacional;
- A provisão dos recursos adequados para o cumprimento dos mandatos.

A presença de soldados armados que podem responder, se atacados, é apenas um dos fatores que contribuem para a eficácia das OMP's – tanto no período da Guerra Fria quanto na atualidade.¹¹ A força real destas reside na sua imparcialidade, na autoridade moral da comunidade internacional, na pressão da opinião pública mundial e, sobretudo, no compromisso das partes em buscar a paz genuína. A presença dos integrantes das OMP's permite contínuos esforços políticos e diplomáticos visando a uma paz duradoura. Somente se as partes se mantêm fiéis aos acordos estabelecidos entre si e com a ONU, as OMP's poderão levar a cabo seus mandatos.

As OMP's tradicionalmente lançaram mão de armamento leve e do uso da força em caráter mínimo (estrita autodefesa ou quando pessoas armadas impedem a efetivação das tarefas previstas nos mandatos e autorizadas pelas partes). O "braço civil" das OMP's é normalmente desarmado. Uma vez presentes "no terreno" do conflito, as OMP's enfrentam ambientes muitas vezes hostis. Por vezes, o emprego da força (ou a ameaça deste) fez-se necessário para levar a cabo um mandato, caso do Congo belga, entre 1960 e 1964. Resta salientar que, nesse caso, a OMP em questão (ONUC) recebeu autorização do Conselho de Segurança para utilizar todos os meios necessários para o cumprimento do mandato original (ocorreu, pois, uma ampliação *de facto* deste mandato).

As OMP's enfrentam seu maior desafio quando as partes falham em cumprir seus compromissos, reiniciando o conflito ou impedindo a ação dos integrantes das OMP's. Estes últimos buscam estabilizar e minimizar o sofrimento de não-combatentes em tais situações, assumindo para si considerável risco, por vezes atuando sob mandatos ambíguos e recursos insuficientes. Há situações, como na Somália, em 1993, ou em Ruanda, 1994, em que o trabalho das OMP's se

"Não obstante cada OMP possuir um conjunto específico de tarefas determinadas por seus mandatos, todas compartilham certos objetivos comuns – aliviar o sofrimento humano e criar condições para o emergir de paz auto-sustentável"

⁹ The Blue Helmets, 1996: 4.

¹⁰ Relatório Brahimi - http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/.

¹¹ "Uma Agenda Para A Paz", www.un.org/Docs/SG/agpeace.html; e "Relatório Brahimi".

torna verdadeiramente impossível.¹² Muitas vezes os integrantes das OMP's presenciaram o questionamento (no mais das vezes, violento) da presença da ONU no solo de um Estado com suas instituições em frangalhos. Ações erráticas de combatentes de todos os tipos contra as forças de paz da ONU tornaram-se comuns no pós-Guerra Fria.

Em situações mais recentes, o Conselho de Segurança buscou equipar as OMP's com uma capacidade militar capaz de dissuadir possíveis hostilidades, evitando a necessidade do recurso à força. Em caráter complementar ao reforço da dissuasão, muitas das recentes OMP's demonstraram que medidas destinadas a melhorar as condições de vida das populações atingidas pelo conflito tendem a criar melhor recepção e um ambiente favorável para o cumprimento dos mandatos.

A evolução da ONU no sentido de prover as OMP's das condições adequadas para atender a este novo, demandante e complexo contexto global envolveu a redefinição da interação entre os diversos órgãos do "sistema ONU" referentes às OMP's. A primeira iniciativa nesse sentido foi o relatório "Uma Agenda Para a Paz", apresentado pelo então Secretário-Geral Boutros-Boutros Ghali à Assembléia-Geral em 1992, o qual afirmava o papel fundamental da ONU na preservação da Paz, não somente nos termos dos Capítulos 6 e 7 da Carta. Menções foram feitas ao papel fundamental da ONU no monitoramento, prevenção (através de "sistemas de aviso prévio" – *early warning systems*) e solução de conflitos, bem como assistência humanitária às populações atingidas. Menção explícita foi feita, em caráter pioneiro, à centralidade das OMP's como instrumento de manutenção da paz no "sistema ONU".¹³ Todas essas ponderações condiziam com as novas tarefas associadas às OMP's.

Seguindo o espírito dos tempos, ainda em 1992 seria criado, no âmbito do Secretariado da ONU, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DOMP). Através deste, o procedimento de criação, gestão, logística e desembarque das OMP's "no terreno" de conflito foi grandemente aperfeiçoado. Em 1993, 77 mil efetivos civis e militares estavam alocados nas muitas OMP's (para efeitos comparativos, a ONU empregava no total 14 mil pessoas à época).¹⁴ Anos mais tarde, na virada do milênio, seguindo-se às

diversas (e díspares) experiências das OMP's do pós-Guerra Fria, novo amplo debate no "sistema ONU" foi aberto referente ao papel destas. Buscando aprimorar sistematicamente este instrumento vital, o Secretário-Geral Kofi Annan convocou um Painel de Especialistas para efetuar uma análise em profundidade das OMP's. O fruto deste estudo – "Relatório Brahimi" (2000) – apontou medidas a serem tomadas pelos Estados-membros e Secretariado. Este documento desencadeou intenso diálogo entre a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança a respeito do futuro das OMP's.

Há mais do que revelam os olhos

Nessa transição turbulenta do mundo relativamente estável da Guerra Fria,¹⁵ em que cabia à ONU apartar partes em conflito, para o pós-Guerra Fria, em que a organização foi incumbida não apenas de prover um mecanismo de alívio das tensões, mas passou a contemplar as raízes sociais dos conflitos bem como lidar com suas conseqüências, uma série de práticas e decisões foram levadas a cabo, para além das fibras óticas e dos satélites dos meios de comunicação.

Questões como o uso da força nas operações de paz, o financiamento das mesmas, o provimento de auxílio humanitário em escalas crescentes, a promoção do Desenvolvimento Sustentável e dos Direitos Humanos, a reconstrução das instituições governamentais, o reforço da chamada "sociedade civil", dentre outras, compuseram o dia-a-dia de mais de 30 OMP's desde o fim da Guerra Fria. Tais desafios apresentam a ONU em movimento, por detrás do véu dos discursos dos chefes de Estado e burocratas, para além dos protocolares encontros nos órgãos "visíveis" ao olho das câmeras, influenciando nas vidas de milhões de seres humanos mundo afora. E isso não confere tons róseos à atuação da ONU – muito antes, pelo contrário.

No tocante ao financiamento, a ONU não encontrou solução para um de seus constrangimentos mais crônicos. As OMP's representaram uma demanda adicional sobre um orçamento organizacional já bastante comprometido. A intensificação das atividades de manutenção da Paz e Segurança, no pós-Guerra Fria, não foi acompanhada de crescimento comparável das contribuições dos Estados-membros. Após o pico de 1993, as OMP's estiveram às voltas com orçamentos cada vez mais restritivos e, nesse sentido, buscaram, senão responder ao problema "fundacional"

"A evolução da ONU no sentido de prover as OMP's das condições adequadas para atender a este novo, demandante e complexo contexto global envolveu a redefinição da interação entre os diversos órgãos do 'sistema ONU' referentes às OMP's"

¹² SHADOWCROSS, William. *Deliver Us From Evil – Warlords and Peacekeepers in a world of endless conflict*. Londres: Bloombury Publishing Co, 2000, p.10.

¹³ *The Blue Helmets*, 1996: 7.

¹⁴ CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Instituto Rio Branco, 1998: p.11.

¹⁵ Até em termos teóricos, o cenário de um confronto entre duas superpotências ("bipolaridade") foi considerado mais estável que outras conformações do chamado "sistema internacional", vide WALTZ, Kenneth. *Theory Of International Politics*. Nova York: McGraw-Hill, 1979.

orçamentário, lidar com as restrições colocadas. Daí derivam uma abordagem "minimalista" dos efetivos e orçamentos, bem como a reutilização compulsiva de recursos.

A duração dos mandatos das OMP's oscila copiosamente desde 1991, mandatos longos e curtos, unos ou múltiplos, alternando-se, muitas vezes, no seio da mesma OMP. A ONU se propôs, nos termos de "Uma Agenda para a Paz", a estar "no lugar certo, na hora certa, pelo tempo necessário". Pode-se com justeza ver o "Relatório Brahimi" como a constatação de que, ao longo dos anos 1990, a ONU "cai em si" ao perceber que, no pós-Guerra Fria, a demanda pela presença da ONU era muito mais intensa, urgente e "custosa" do que poder-se-ia ter imaginado. É uma demanda difícil de ser atendida por Estados soberanos – que diremos de entidades não-soberanas que dependem dos Estados?

Quanto ao auxílio humanitário, o retrospecto das OMP's é menos controverso – um dos poucos e, dadas as condições, improváveis, sucessos da ONU numa década turbulenta. Assume feições impressionantes a capacidade de projetar um mesmo conjunto de práticas, ao longo de oito anos, nos cenários mais diversos ao redor do globo – a criação de uma "rede de auxílio humanitário" centrada nas ONG's transnacionais e em agências da ONU como a FAO e o ACNUR. Tratou-se de um fascinante empreendimento conjunto de diversos agentes sociais das Relações Internacionais, esforço hercúleo levado a cabo, por vezes, a despeito dos formalismos burocráticos intra-ONU (especialmente entre 1992-1993).

No tocante ao emprego da força armada, a ONU foi demandada para muito além das expectativas contidas em "Uma Agenda para a Paz"; a linha entre "manutenção da paz" e "imposição da paz", longe de ser reforçada, tornou-se ainda mais indistinguível. E isso teve lugar ao passo que um padrão consistente de práticas não era consolidado – OMP's autorizavam o uso da força para além dos confins da "manutenção da paz" apenas para, em seguida, reverter a decisão. Ainda que a maioria das OMP's, ao final do período 1992-2000, fosse "militarizada desde o berço", a autorização para o uso da força era relacionada com a proteção dos integrantes das próprias OMP's ou com a salvaguarda das agências provedoras de auxílio humanitário (como apontado no "Relatório Brahimi"). Se as OMP's contribuíram para a crescente não-distinção entre as formas de uso da força arroladas na Carta da ONU, no entanto se mostraram capazes de coadunar ação humanitária com uso da força, quando necessário (isto é, após as catástrofes na Somália, Ruanda e Bósnia-Herzegovina). No tocante à segurança do pessoal das OMP's, há notável discrepância entre as (não-

)considerações de "Uma Agenda para a Paz" e os pormenores do "Relatório Brahimi" a respeito. A ONU, após uma série de reveses consideráveis, não apenas passa a considerar como prioritária a segurança de seus integrantes – autorizando o emprego da força para tal. Num contexto de recursos escassos e demandas crescentes, ou a ONU é eficiente em sua ação, ou não faz sentido estar presente como "alvo preferencial", é a admoestação contida no "Relatório".

O exame das parcerias da ONU levadas a cabo pelas OMP's nos anos 1990 revela, ao contrário das indicações de "Uma Agenda para a Paz", um padrão de relacionamento entre ONU e outras organizações internacionais de cunho estabelecido com solidez. Via de regra, a ONU depende mais de seus parceiros do que o contrário (essa última consideração é reconhecida tacitamente pelo "Relatório Brahimi"). As "vantagens comparativas" do regionalismo e os constrangimentos colocados à ação da ONU (recursos, deslocamento, tomada de decisão multilateral) impulsionam esta última a cooperar num campo em que, em tese, teria primazia (manutenção da paz e segurança internacionais), seja recorrendo à OTAN, seja recorrendo à ECOWAS.

A temática dos direitos humanos não esteve ausente de "Uma Agenda para a Paz", mas assumiu relevância inédita daí por diante – de "resultado" das políticas adotadas pelas OMP's, a preocupação com "Direitos Humanos" passa a ser insumo de todas as práticas levadas a cabo pelas OMP's da ONU, tal como reconhecido no "Relatório Brahimi". Assim, tem lugar uma rearticulação profunda entre as "agendas" levadas a cabo pelas OMP's, com Direitos Humanos perpassando um amplo espectro de práticas, da conduta dos policiais civis às tarefas de reconstrução da Paz pós-conflito, sem esquecer do Uso da Força pelas OMP's. Essa mudança, certamente, foi motivada pelas agruras vivenciadas pelas OMP's ao redor do globo, destaque para Somália, Ruanda e Bósnia-Herzegovina. As massivas violações dos Direitos Humanos, diante daqueles que deveriam promovê-los, tornaram não apenas mais urgente a tarefa da ONU – ensejaram oportunidade para um reexame profundo do "modus operandi" da organização. Tivemos, assim, a criação de instituições como os Tribunais Ad Hoc e os escritórios nacionais de defesa dos Direitos Humanos.

Quanto à importância dos policiais civis, "Uma Agenda para a Paz" já indicava que os efetivos civis das OMP's teriam uma importância crescente no pós-Guerra Fria. No entanto, a mudança nos padrões de práticas foi muito mais intensa e profunda do que o apontado por Boutros-Boutros Ghali. Quando da redação do "Relatório Brahimi", já na gestão Kofi Annan, os policiais civis tinham-se tornado não apenas componentes integrais,

"Quanto ao auxílio humanitário, o retrospecto das OMP's é menos controverso – um dos poucos e, dadas as condições, improváveis, sucessos da ONU numa década turbulenta"

indispensáveis, da prática totalidade das OMP's no período – eles se tornaram elementos de ligação, *go-betweens*, entre uma miríade de outras atividades efetuadas pelas OMP's, do auxílio humanitário à promoção dos Direitos Humanos e reconstrução econômica. No seio de uma "moldura cooperativa profundamente integrada", os policiais civis tornaram-se os agentes sociais mais imprescindíveis – por vezes, pelas "pressões" da contingência (incapacidade dos governos locais de promover a lei e a ordem, redução crescente dos efetivos militares das OMP's, problemas oriundos do uso da força nas OMP's, necessidade de prover segurança ao pessoal das OMP's etc.).

Quanto à informação pública, ainda que o retrospecto tenha sido bastante menos intenso do que as mudanças aferidas no que respeita aos policiais civis, quando da feitura de "Uma Agenda para a Paz", o provimento de informação pública por parte das OMP's não era uma prioridade, nem sequer uma tarefa secundária. Perpassado o período abordado, a ONU paulatinamente vê-se às voltas com necessidades de aumento de eficiência das tarefas de comando e controle no "campo de operações", muitas vezes este último equivalendo a todo o território de um Estado-nação. Da mesma forma, o relacionamento ONU-populações dos Estados que foram "alvos" das OMP's provou-se crucial no sucesso da prática totalidade das atividades levadas a cabo no "campo de operações", com destaque para a realização de eleições e o monitoramento dos Direitos Humanos. A própria "imagem da ONU" torna-se um elemento relevante, em face de contextos catastróficos como os genocídios em Ruanda e ex-Iugoslávia. Daí não ser surpreendente a aparição destacada, pormenorizada, dessa sub-atividade no "Relatório Brahimi".

Algo diverso tem lugar na sub-atividade do meio ambiente. A despeito de todo o debate intra-ONU sobre a relevância da temática (o *timing* é implacável – o lançamento de "Uma Agenda para a Paz" foi quase simultâneo à realização da II Conferência Mundial para o Meio Ambiente, ECO-1992), não se verificou um destaque conferido a essa temática, com as OMP's tendo uma performance errática e episódica, à "altura" desse silêncio. Relegado às margens do debate (e das práticas das OMP's), o Meio Ambiente pode ser, com justeza, considerado uma das grandes deficiências da atuação da ONU referente à manutenção da paz e segurança internacionais no período, isso dito num contexto de entrelaçamento entre questões de segurança e questões humanitárias e relevância crescente das atividades de "reconstrução da paz pós-conflito". O "silêncio" dessa sub-atividade, ademais, destaca as OMP's da ONU do restante das atividades da organização.

Igualmente, o mesmo pode ser dito da sub-atividade da reconstrução econômica, no tocante aos "efeitos colaterais" produzidos pela parceria entre a ONU e os organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial etc). Um "não-problema" para os relatórios da ONU, mas um "não-problema" que apareceu com frequência no retrospecto das OMP's, criando dificuldades crescentes para levar a cabo uma série de atividades (especialmente a reconstrução da paz pós-conflito), influenciando na relação entre ONU e as populações dos estados "alvos" das OMP's (tornando mais difícil a sustentabilidade das próprias OMP's no "campo de operações"). Não obstante, a temática permaneceu nas sombras, sem maiores considerações tanto em "Uma Agenda para a Paz" quanto no "Relatório Brahimi". Atentando apenas para a dimensão "integradora" da dita globalização, obliterando a dimensão "fragmentadora", a ONU posterga a solução de um problema (que ela própria não considera como tal).

"A tarefa de publicizar um texto sobre 'silêncios', pois, é permeada por um propósito metalingüístico. O intuito é, de fato, suscitar o debate e preencher lacunas – sobre e na imprensa"

Considerações finais: "O som do silêncio"

O Brasil terá ou não uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU? O Conselho "ampliado" proverá o chamado "direito de veto" a seus novos membros? O tom dramático dos comentaristas políticos, em cores e ao vivo, contemplando a reforma do Conselho de Segurança não encontra paralelo no montante de decisões dramáticas com que a ONU se debateu, ao longo dos últimos 10 anos, sem que tivéssemos notícia. Como lidar com um afluxo de 1 milhão de refugiados ruandenses no prazo de 24 horas, quando do início da guerra civil (e do genocídio) daquele país em 1994? Como lidar com 127 clãs, cada qual detentor de sua milícia específica, na guerra civil na Somália, em 1993? Como proceder à reconstrução da polícia na Bósnia-Herzegovina, corporação que tinha participado ativamente do infame processo de *limpeza étnica* promovido pelo ex-governo iugoslavo, em 1995? Como pôr fim a 20 anos de guerra civil em Angola, onde 1/4 do território estava ocupado por minas terrestres? Como promover eleições em Estados que vivenciaram longas guerras civis, como o Camboja, Moçambique e Guatemala? Enfim, como proceder à *criação de um estado* no Timor-Leste, após décadas de dominação Indonésia, incluindo o extermínio de 1/5 da população, contando com a omissão da comunidade internacional?

São questões como estas – cuja *ausência (midiática) se faz tremendamente presente* nas vidas de milhões de seres humanos – que motivaram a confecção desse editorial. A tarefa de publicizar um texto sobre "silêncios", pois, é permeada por um propósito metalingüístico. O intuito é, de fato, suscitar o debate e preencher lacunas – sobre e na imprensa.